



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - COMUM

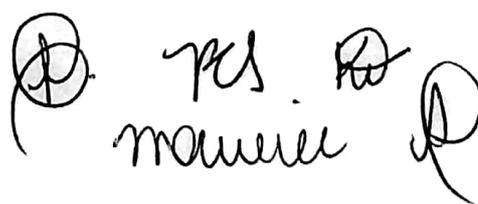
Criado pela Lei N. 3126/2010 | Gestão 2018 - 2020

Vinculado à Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão social

Ata nº 03/2019 - COMUM - Reunião Ordinária - Às dezesseis horas do dia quatro de abril de dois mil e dezenove, reuniram-se na Casa dos Conselhos, situada na rua 1822, nº 1510, Centro de Balneário Camboriú – SC, em reunião ordinária, os(as) seguintes **conselheiros(as), do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMUM**: Mariana Strey (Suplente/Gestão-SDIS); Ketlin da Rosa Talevi (Titular/Secretaria de Articulação Governamental); Andrea Arianna Hostins (Suplente/Secretaria de Gestão Administrativa); Huanita Radke (Titular/Conselho Tutelar); Patrícia Castellem Strebe (Titular/Biblioteca Com. Bem Viver); Geonete Maria Bernardi A. Peiter (Suplente/ACESA); Mariene da Silva Palokowski (Titular/CAAP); Maristela Koche Rigueira (Titular/Rede Feminina de Combate ao Câncer) e Fabiana Lehmkuhl (Titular/Tecendo Direitos). Contando com a presença de **outros participantes**: Robert W. Sichmann (Conselho da Comunidade); Alana R. dos Santos (DPCAMI) e Anna Theresa S. Rebelo (Las Mariposas). Num primeiro momento é passada a palavra ao Sr. Robert, Presidente do Conselho da Comunidade, para falar a respeito do primeiro item da pauta: **Cadeira do COMUM no Conselho da Comunidade**. Representante Robert fala a respeito do Conselho da Comunidade de Balneário Camboriú, informando que tratam dos apenados que estão no Complexo da Canhanduba, esclarecendo que tem o Presídio Masculino, a Penitenciária Masculina, e o Feminino que vai estar lá possivelmente ainda este ano, e que o feminino encontra-se no Matadouro. Fala nas péssimas condições do Presídio feminino. Robert explica que o Conselho da Comunidade é bem abrangente e tem poder tanto deliberativo como de fiscalização e de execução. Relata que ontem esteve em reunião com o Diretor do Complexo da Canhanduba e o Conselho de Balneário ficou por muitos anos inativo, e Robert assumiu a presidência e está tentando reavivar esse conselho e para isso considera muito importante a participação do Conselho da Mulher. Informa que pensou como poderiam fazer para trazer alguém do presídio feminino, sendo que instituição religiosa já tem, e pensou numa instituição que cuide realmente dos direitos da mulher, para o qual pensou que o mais indicado é o COMUM. Informa que o Conselho da Comunidade se reúne todas as terças e quartas-feiras de cada mês, no período matutino, a partir das nove horas e trinta minutos, e explica que tem comissões para realização de visitas aos presídios, nas quais precisam entrevistar presos, presas e elaborar projetos para envolver essas pessoas que estão hoje atrás das grades. Robert fala sobre o preconceito das pessoas em relação aos presidiários mas fala também de que maneira queremos que essas pessoas retornem à sociedade, como fazer para melhorar essas pessoas. Através de um programa de socialização lá dentro, seja emprego ou escola. Acrescenta que por se tratar de um complexo de abrangência regional, atuam lá outros conselhos como o de Camboriú, Luis Alves, Penha, Balneário de Piçarras e Navegantes, sendo ao todo sete comarcas e um complexo só, o que dá uma idéia da situação. Neste momento pretende-se inverter a situação de ficar à margem a partir de uma participação maior e solicita a participação de duas pessoas do COMUM no Conselho da Comunidade e informa que o principal problema hoje é a elaboração de projetos, esclarecendo que os projetos deles são vinculados ao Tribunal de Justiça e fala do

 *Mariana Strey* 

recurso que está disponível e parado, sendo que em 2017 ficaram sessenta e dois milhões de reais presos no Tribunal de Justiça por falta de projetos nessa área de apenados e informa que não se trata somente do trabalho lá dentro, existe um trabalho preventivo. Informa que existe o projeto de ressocialização das famílias e cita como exemplo o Conselho de Camboriú, onde tem uma padaria industrial onde pegam as famílias dos apenados, as pessoas que saíram do presídio ensinam panificação. Informa também que o Promotor Ricardo solicitou a elaboração de projetos. Robert explica que pensou em trazer a Central de Penas Alternativas, o pessoal que faz o serviço comunitário, paga uma cesta básica ou tem que cumprir horas numa escola e hoje não tem quem fiscalize isso, por isso está trazendo essa Central de Penas, sendo que Balneário não ia ser contemplada e sim a cidade de Laguna e Robert ligou insistentemente e lhe entregaram o projeto para nosso município desenvolver e agora vai depender de nós. Robert manifesta que o nosso conselho está bem deficitário em relação aos outros e precisa de gente com garra que vá a frente e, solicita que, se tiverem projetos, venham contribuir com essa causa. É esclarecido que os projetos podem envolver a família do detento que ficou desamparada, como esposa e filhos, que, por incrível que pareça, viviam do dinheiro do crime e é necessário mostrar a eles que podem viver honestamente. Conselheira questiona se o Conselho teria como prestar assessoria jurídica a essas famílias, para o qual Robert esclarece que pode ser feita parceria com entidades que podem fazer isso. Conselheira fala na possibilidade de estarem desenvolvendo esse projeto, de estar prestando assessoria jurídica a essas mulheres, por considerar que a maioria dos presidiários são homens. Robert informa que hoje o presídio feminino tem duzentas e quarenta e três presas e o masculino (só na penitenciária) tem mil quatrocentos e oitenta e cinco. Conselheiras questionam a respeito das estatísticas no que diz respeito aos motivos da prisão das mulheres, para o qual Robert afirma que a maioria é por drogas. Também é falado a respeito das mulheres que, ao ser pego o marido que traficava drogas, assume o “negócio”. Também outro motivo que as faz ficar na prisão é quando levam drogas para o companheiro que está dentro do presídio. Robert fala que já pediu essa estatística várias vezes mas que eles não têm porque é muito variável a entrada e saída todos os dias. Também fala de alguns problemas gravíssimos. Informa que o Complexo da Canhanduba libera os apenados mediante habeas corpus ou alvará de soltura a qualquer hora, geralmente de madrugada, num horário em que não tem transporte, e eles saem andando por aí. Acrescenta que no trajeto que vai do complexo até a BR 101 a maioria das casas está à venda. Robert informa que existem empresas lá dentro que tem um unidade dentro como a Fisher de Brusque, a Frentebeg de Camboriú e no feminino eles fazem fraldas, costura, sendo que no feminino a maioria trabalha enquanto que no masculino é numa proporção de quarenta e cinco por cento. Fala também da existência de facções dentro do presídio, motivo pelo qual eles não podem se misturar e que infelizmente é uma coisa que domina todas as unidades prisionais do país. Fala que o que tem de diferente no Complexo da Canhanduba é que ele é um presídio modelo, sendo que já veio o Ministro da Justiça do Perú para levar o modelo que vai ser implantado no Perú. Presidente Mariene questiona como é a questão da higiene com as detentas no presídio feminino. Robert informa que elas recebem o material necessário mas que o problema é o local insalubre que


MARIENE

não tem como não adquirirem uma doença naquele lugar. Conselheiras alegam que na verdade o Complexo da Canhanduba já foi criado para desativar aquele e que nem deveria estar funcionando o presídio feminino, que ele já foi fechado pela Vigilância Sanitária, pela Vigilância Epidemiológica, e que já teve lá surto de tudo quanto é tipo de doença como conjuntivite, pulga, sarna. Robert informa que a luta hoje é a mudança do presídio feminino para Canhanduba e esclarece que quando mudou o governo do Estado o novo governador não conseguiu ainda ter toda a transição nessa área de segurança, sendo que não existe uma Secretaria Estadual de Segurança e sim um Comitê de Segurança de quatro entidades que comandam a segurança do Estado. Conselheira questiona se ao fazer um projeto no presídio feminino o mesmo irá abranger todas as detentas ou somente as de Balneário, para o qual Robert explica que será aplicado para todas e informa que o nosso Conselho não é municipal, ele é da Comarca e trabalhamos juntos com os demais. Relata que ano passado foi realizada uma festa do dia das mães, dos pais, e na porta do Complexo, atende todo o Complexo, independente de qual município é. Outrossim informa que, a Presidente do Conselho de Itajaí é representante da OAB e são bem atuantes, mais atuantes no masculino e todos os projetos são desenvolvidos para todos. Robert frisa a importância da participação de conselheiras do COMUM no Conselho da Comunidade, contribuindo nas discussões de assuntos referentes às mulheres que provavelmente não foram consideradas por eles até o momento. Conselheira sugere levar coletores menstruais a todas as detentas, para o qual outra representante explica que não é viável porque não há como higienizar tudo aquilo. É sugerido fazer uma parceria com uma das empresas de absorventes. Presidente Mariene expressa que, antes de pensar nos projetos devem pensar nos nomes das conselheiras interessadas em fazer parte do Conselho da Comunidade. Robert lembra da importância de estar desenvolvendo o projeto das Penas Alternativas que algumas comarcas do Estado já possuem e lembra que nós vamos ser contemplados. Fala sobre outro projeto no qual estão envolvidos também, que são as Audiências de Advertência Qualificada, junto com o COMAD, sendo feita a ministração de palestras na prevenção contra o uso de álcool e drogas, só na comarca, mensalmente e acrescenta que precisam de palestrantes e que nunca foi falado de violência contra a mulher. E explica que o objetivo do convite para participação no conselho é a contribuição do Conselho da Mulher com essa outra visão, trazendo aspectos que nunca foram vistos. Conselheira questiona a respeito do nível de analfabetismo, para o qual Robert afirma que pode solicitar esses números e informa que no presídio feminino eles têm um projeto de remição por leitura, sendo que elas leem o livro, depois fazem um resumo e prova com a professora. Relata Robert que duas detentas tinham lido um livro e estavam cobrando se não tinha filme daquele livro, que elas queriam assistir. Informa que no presídio masculino tem uma parceria com a universidade e tem curso de graduação e agora estão com a intenção de trazer a pós-graduação. Conselheira fala do analfabetismo cultural e da importância de levar para elas uma leitura e tirar elas desse patamar. Conselheira questiona se a verba pode ser utilizada para melhoria da estrutura física, para o qual Robert explica que não e que no feminino não será feito nenhum investimento em melhoria, somente em manutenção e em relação ao masculino tem o governo do estado e tem

① - por PW
marlene ②

uma empresa que administra todo o complexo da Canhanduba, chamada Monte Sinos. É questionado das duzentas e quarenta e três detentas quantas estão por associação ao tráfico, para o qual Robert reitera que não possui esse dado, que pode ir em busca mas sabe que trata-se da maioria delas. Conselheira afirma que no Brasil é o noventa por cento, e considera que isso é uma criminalização do gênero, pois não existem masculinos por associação ao tráfico com mulheres e que a mulher está ali por morar na boca de fumo com seus filhos. É questionado se existe projeto referente a gravidez, sendo informado que sim e que também existe uma creche lá, mas que o espaço é muito pequeno. Robert sugere que façam uma visita quando quiserem junto ao Conselho da Comunidade. Conselheira questiona se além das duas participantes podem ir alternadamente para participar e ajudar, para o qual Robert afirma que podem e explica que se já tiver as duas participantes pelo COMUS e tiver mais alguém querendo participar, pode entrar pela sua entidade, pois o conselho da Comunidade não é paritário como outros conselhos, e que é composto por três ou quatro cadeiras obrigatórias e o restante é a comunidade. Informa que o conselho é ligado diretamente à Promotoria Pública e aos dois Juízes da Vara Criminal e presta contas mensalmente às entidades e ao Poder Judiciário. Presidente Mariene agradece a presença de Robert e Robert agradece pela oportunidade. Deverá ser encaminhado ofício com a indicação de duas conselheiras do COMUS. Na continuidade é passada a palavra à representante Alana, para **Apresentação do Grupo DPCAMI** (Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso), que se reúne aqui na Casa dos Conselhos semanalmente. Alana se apresenta como representante da DPCAMI, estagiária de Psicologia, e fala do projeto que tem na Delegacia, "PC por elas" (Polícia Civil por elas) e explica que esse projeto engloba os seus serviços. Foi idealizado pela Dra. e Delegada Inara e o Psicólogo Policial Ítalo, da Delegacia. Explica que o trabalho do grupo vai desde o acolhimento, no momento em que as mulheres vão fazer o boletim de ocorrência e a partir daí são convidadas para grupos reflexivos, que são esses grupos que estão acontecendo hoje aqui uma vez por semana, não se tratando de grupos terapêuticos, mas sim a autopercepção da mulher e a percepção do ciclo da violência, que é o desafio inclusive para adesão. Explica que, por elas estarem no ciclo da violência, elas não conseguem se perceber e perceber que estão naquele contexto, para ter uma atitude. Alana trouxe um vídeo para explicar melhor o ciclo da violência. Após assistirem o vídeo Alana explica que essa é a proposta, o reconhecimento do ciclo da violência, e fala da dificuldade de adesão ao grupo e que já faz um ano que estão na tentativa de fazer o grupo, sendo articulado com a rede CREAS, onde existe também o grupo dos homens e informa que é o Juiz quem faz a intimação para que eles participem desse grupo. É informado que está funcionando bem esse grupo de homens e que alguns estão levando os filhos, mas que no momento não está atuando e que estão para abrir novamente. E o das mulheres também ia abrir mas, ela e Ítalo estavam com essa demanda, pois todo dia é muita medida protetiva, boletim de ocorrência. Conselheira questiona o que está faltando, se faltam pessoas, para o qual Alana informa que não, que tem o grupo da OAB também com o projeto "Por Elas", tem Psicólogos e explica que o que falta mesmo são estratégias de adesão. Informa que agora estão fazendo questionários e estão pensando em

RS
M. Mariene

fazer também um tratamento individualizado porque nos grupos que estão realizando semana passada veio só uma mulher, Dona Maria, hoje veio a Dona Rosane, mas se pergunta se vai ser terapêutico o tratamento individual, pois para ser terapêutico precisaria de dez atendimentos no mínimo, e o contexto é outro, sendo uma demanda da Saúde e eles estão na Delegacia. Sugere que seja promovida a autopercepção, empoderamento, novas perspectivas e a percepção do ciclo da violência. Conselheira questiona como é feito o convite para elas. Alana explica que é no momento do boletim de ocorrência mesmo, que antes era feito pelo CREAS, e agora sentam com ela, e ela junto com o representante Ítalo tomaram a frente disto e iniciaram os encontros na Casa dos Conselhos. Logo vai voltar o grupo dos homens também, que é por intimação, enquanto que o das mulheres é por convite. Fala que a Delegada Inara pensou na possibilidade de intimar as mulheres também a participar do grupo mas, em muitos aspectos, isso não vai de encontro aos objetivos do grupo. Conselheira alega que se for intimação e essa mulher estiver trabalhando nesse horário, são obrigados a liberar ela. Respondendo aos questionamentos das conselheiras, Alana explica que os grupos acontecem no período vespertino e informa que além do boletim de ocorrência, ela pega as medidas protetivas e vai ligando para elas e fazendo convite de uma maneira sutil. Acrescenta que a maioria tem disponibilidade para comparecer à tarde. Criou um grupo de whatsapp. Manifesta que algumas delas não tem família ou contatos. Conselheira sugere providenciar o transporte para garantir a participação, sendo que poderão ir conversando até chegar no local de reunião do grupo, criando laços entre elas. Conselheira Ketlin manifesta que tudo deveria acontecer dentro do CREAS, pois ele é a política de Assistência Social, e o mesmo deveria abraçar o grupo DPCAMI assim como o dos homens e eles tem ônibus e microônibus e sugere que, enquanto conselho, seja investigado com o CREAS. É esclarecido que está sendo articulado com o CREAS e informado que o grupo era no CREAS e também não tinha adesão. Ketlin explica que lá é o espaço ideal e que o CREAS pode agendar uma visita com a Assistente Social para essa mulher, para tentar fazer a sensibilização, por este motivo acredita que deve ser feito no CREAS porque o profissional do CREAS vai fazer a visita familiar. É explicado que é muito difícil essa mulher vir espontaneamente, pois tem a questão da vergonha de ser vítima, além disso essa mulher está vivendo dentro do ciclo da violência e no momento que ela faz o boletim de ocorrência ela não se separou do agressor e, mesmo que tenha acontecido a separação de corpos muitas mulheres não têm segurança nas medidas protetivas, se bem o trabalho da Polícia Militar está melhorando, é uma insegurança e medo que elas têm de se expor nessa situação. É explicado que o motivo do não comparecimento muitas vezes é porque a mulher continua dentro desse relacionamento abusivo e o próprio agressor proíbe ela. Também existem casos em que após feita a denúncia a violência que ela sofre é maior e acaba não procurando novamente por medo de agravar a violência. É pensada na possibilidade de mandar intimação para possibilitar que o agressor permita o comparecimento dela. É informado que se pretende instalar também o abraço à mulher, e esse programa iria de encontro, e a Secretaria está buscando um lugar para se montar, como se fosse uma casa direcionada a mulheres, não somente para mulheres vítimas de violência. É esclarecido que a DPCAMI não faz atendimento clínico lá dentro, só vai acolher a

ms
maurice

vítima e fazer os primeiros atendimentos, acolhimento e encaminhamento para esses grupos. Alana esclarece que só não foi feito no CREAS por falta de sala, porque a mesma não estava pronta. É discutido a respeito da possibilidade do transporte para se obter a participação dessas mulheres no grupo. É sugerido que os grupos aconteçam em associações de bairros. Alana fala que estão indo nas escolas, fazendo um trabalho sobre relacionamento abusivo, trabalhando a reflexão, e estão tendo um retorno incrível. É informado que teve situações em que a mulher disse que iria se o marido levasse ela (se referindo ao próprio agressor). Encaminhamentos: Ofício em relação ao transporte do CREAS; Refletir sobre a possibilidade de intimação para favorecer a participação das mulheres vítimas de violência no grupo. É sugerido fazer os primeiros encontros individuais e logo em grupo. Após ser questionada a composição da equipe, Alana informa que é ela como estagiária de Psicologia da Prefeitura, o Psicólogo Policial Ítalo que é o responsável e o estagiário da UNIVALI. Conselheira alega que é difícil para uma mulher vítima de violência se abrir com um homem, e questiona a possibilidade de colocar uma estagiária mulher, sendo que pela Lei Maria da Penha, toda DPCAMI deveria ser com mulheres e que, independente do tipo de profissional, a mulher estará vendo a figura masculina na sua frente. Alana toma nota para se pensar no assunto e nas sugestões do conselho. Logo, Presidente Mariene agradece, afirma que foi muito proveitoso pelas informações e convida para participação em outras reuniões do conselho. Passa-se então ao item da pauta correspondente à **Avaliação das ações da Prefeitura - Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social - Referentes à Política de Atenção à Mulher**. Presidente Mariene informa que no mês de fevereiro, esteve junto com outras conselheiras, a convite da Secretaria de Inclusão, num processo de construção do Abraço à Mulher. Foi uma reunião bem legal onde perceberam que será um processo construído em conjunto. Informa que foi separado por eixos, sendo que as conselheiras se dividiram participando nos diversos eixos. Foi passado que seria realizada uma reunião no dia 20 de março com alguém que viria da ONU, consta na ata da nossa reunião e ficou bem claro que não seria iniciado ainda, que tratava-se só do lançamento da construção do projeto. Mas, nas redes sociais apareceu nosso Prefeito falando a respeito do lançamento do projeto no final do mês de março e, pela leitura da ata que foi publicada no site da Prefeitura, ficou sabendo que foi apresentado no Conselho Municipal de Assistência Social uma proposta de aplicação de recursos federais para o Centro de Convivência para Mulheres, o qual não chegou no Conselho da Mulher, não veio nenhum e-mail nem convite para participar da reunião do CMAS, nem whatsapp, e foi apresentado o projeto de um Centro de Convivência para as Mulheres, e nessa casa seria abrigado o Abraço à Mulher também, entre outros programas. Será encaminhada a ata para ciência. Presidente Mariane relata que o Presidente do CMAS entrou em contato com ela questionando a existência de um Plano Municipal de Políticas Públicas da Mulher, para o qual Mariene explicou que não, mas que no Relatório da Conferência constam as diretrizes para elaboração conjunta de um plano, e encaminhou ao mesmo para ciência e ficou no aguardo, mas nada lhe fora informado a respeito do lançamento do Abraço à Mulher. É esclarecido que o plano é chamado pelo Poder Público Municipal, mas deve ter a participação obrigatoriamente do Conselho da Política Pública atendida. Conselheira Ketlin cita


P. M. S.
mariene

como exemplo o Plano Municipal de Saúde que foi entregue e que vai ser analisado item por item pelo Conselho Municipal de Saúde, em seis reuniões, por todos os conselheiros, sugerindo as alterações, inclusive o Pacto Federativo veio para o Conselho. Conselheira informa que no dia dezanove de março deste ano foi feita uma solicitação de compra/contratação, para uma dispensa de um aluguel de um imóvel, situado na rua 2850, nº 285 e 303, mesmo terreno, para atender as necessidades da sede da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social e Núcleo de Atendimento do Programa Abraço Mulher. Presidente Mariene informa que o CMAS aprovou a destinação da verba para o aluguel da casa para o projeto. Considerando que a Política relacionada à Mulher tem que passar pelo Conselho, Presidente coloca em deliberação da plenária o que será feito a respeito. Conselheira Patrícia fala a respeito do funcionamento da dispensa pública: eu vejo uma necessidade, eu faço um projeto para aquela necessidade e faço a solicitação, então quando eu faço a solicitação como neste caso, de dispensa para aluguel, é porque já tenho tudo que vou fazer naquele espaço. É informado que a Secretaria de Inclusão Social saiu do aluguel da Rua 2000 e foi lá porque aqui iria ser montado um projeto (Centro POP) que foi vetado pelos moradores da rua (os vizinhos não gostaram). A Secretaria não está adequada dentro do espaço do CTC, portanto uma parte da Secretaria vai migrar para esse novo endereço e possivelmente o Abraço irá funcionar ali também, pois são duas residências. Conselheira Patrícia alega que para ser feita uma despesa pública devemos ter uma justificativa. Conselheira Mariana informa que o Centro de Convivência está pequeno no CRAS, motivo pelo qual o CRAS Nação Cidadã iria para o local do CTC e no que diz respeito à Casa da Mulher e o Abraço à Mulher, não se tem ainda uma definição e que pode levar esse questionamento do conselho para a Gestão. É sugerido oficial solicitando a informação que o conselho precisa. Presidente Mariene esclarece que quando é criado um Plano, está sendo criada uma obrigação para os próximos anos. Encaminhamentos: Ofício ao CMAS informando que o conselho não foi comunicado (conforme a lei) e solicitando acesso ao Plano de Aplicação; questionar a respeito dos eixos, sendo que quem assinou tem como cobrar; questionar a questão dos termos, o motivo pelo qual não teve a reunião de produção; encaminhar as diretrizes aprovadas na Conferência Municipal, questionando se essas políticas estão embasadas nessas diretrizes aprovadas; questionar o espaço. É informado que as conselheiras da gestão anterior fizeram uma carta para os pré-candidatos no dia três de janeiro de dois mil e dezessete compareceram a uma reunião com o Prefeito para cobrar a questão da carta, foi cobrado referente à mulher vítima de violência, participação da mulher no governo, mas também tinham que passar as políticas públicas referentes às mulheres pelo conselho. Na Câmara também falaram isso e é sugerido que esse ofício que vai ser encaminhado à Secretaria, seja também encaminhado para o Prefeito por ser responsável por tudo que é feito nas secretarias, portanto ele tem que responder por quê a Secretaria de Inclusão, apesar da fala que teve lá no dia da reunião e também no conselho, dizendo que ia ser totalmente participativo, conforme o pessoal da Secretaria de Inclusão falou na reunião do conselho no mês de fevereiro. Também precisa ser falado esse assunto com o Prefeito. Caso as conselheiras não forem ouvidas e atendidas, deverá ser publicizado que as secretarias estão fazendo a revelia do que os conselhos estão propondo.

RW (P) MS. (A)
marlene



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - COMUM

Criado pela Lei N. 3126/2010 | Gestão 2018 - 2020

Vinculado à Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão social

concentração na Rua 2000 e a caminhada até a Praça Almirante Tamandaré. É solicitado usar uma blusa preta e levar uma rosa branca, quem puder. É esclarecido que é uma mobilização em nível estadual. Após, Presidente passa **outro convite**. Explica que houve uma reunião esta semana com o Tenente Coronel Alexandre da Polícia Militar, e que ele fez um trabalho muito bom referente ao caso da Lucimara, e mês que vem as **policiais da Rede Catarina** vão estar aqui apresentando um relatório, um fluxo de atendimento. Vai ter uma **Roda de Conversa**, na verdade várias rodas de conversa, sobre políticas para as mulheres, em parceria com a Federação Catarinense dos municípios da FECAM e associação dos municípios, a Secretaria do Estado de Assistência Social, e o Conselho e Coordenadoria da Mulher, do Estado. Vai acontecer **na sede da AMFRI**, em Itajaí; na sede da AMOSC em Chapecó, em Criciúma e também em Lages, das nove às dezessete horas. Deverá ser solicitado transporte para as conselheiras que vão participar. Os temas abordados no evento sobre Políticas para as Mulheres serão: Política Nacional do Direito da Mulher, Metodologia de Implantação de Funcionamento, Conselhos Municipais das Mulheres, Violência contra a Mulher, Concepções e Rede de Atendimento, Apresentação de Experiências Municipais no Combate à Violência contra a Mulher e Orientação sobre as Conferências de Direitos da Mulher. Finalmente Presidente Mariene expressa que gostaria que o COMUM se aproximasse mais do Conselho Estadual e informa que as reuniões acontecem sempre no começo do mês, antes da reunião do nosso conselho, das quatorze às dezessete horas em Florianópolis e, assim que tiver a data e horário certo irá solicitar transporte para levar as conselheiras que irão participar. Sem mais a ser tratado, Presidente Mariene agradece e dá por encerrada a reunião e eu, Liliana Raquel Noto Inacio, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro esta ata que, após lida e aprovada, será assinada pela presidente e demais conselheiras presentes, para que surta os efeitos legais.

Mariene

Bianita Padke Carolo

Mariene

Liliana

Quilka